

Globalização e desenvolvimento em debate

Gina Soares . IEEI

Após doze anos, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) regressou ao continente africano sob o tema "Oportunidades e desafios da globalização no âmbito do desenvolvimento". De 20 a 25 de Abril mais de 4000 participantes estiveram reunidos em Acra, capital da República do Gana, para analisar a evolução da economia mundial e discutir o impacto das políticas comerciais. Reunindo de quatro em quatro anos, a CNUCED funciona como um fórum de discussão e harmonização, com o objectivo de definir políticas que promovam a integração sustentada dos países em desenvolvimento na economia mundial. A sua criação, em 1964, gerou uma grande expectativa sobre a possibilidade de construir uma nova ordem económica internacional, particularmente importante para os Estados saídos do movimento de descolonização. Aliás, o primeiro Secretário-Geral da CNUCED, Raúl Prebisch, foi um dos maiores activistas na defesa desta nova ordem e uma referência entre os autores das teorias de dependência que procuravam explicar o porquê do subdesenvolvimento e da manutenção das desigualdades. Todavia, as crises económicas que se seguiram à sua criação e a prevalência da ideologia neo-liberal e das suas instituições subalternizaram o papel e a contribuição da CNUCED, que procura agora reforçar a sua efectividade institucional.

A globalização é actualmente um dos conceitos mais difundidos e polémicos. Não existindo uma definição unificadora e, apesar da sua aplicação às mais diversas áreas, a globalização tem como característica principal a interdependência crescente entre as várias regiões do mundo resultante do rápido aumento do fluxo de bens, serviços, capital, pessoas e informação. O debate acerca da sua origem histórica não é conclusivo, mas foi a partir dos anos 90 que a intensidade e a extensão destes fluxos se tornaram mais visíveis. Com uma natureza multifacetada, a globalização é ainda um processo em curso e que pode assumir várias formas. Tal como afirma João Gomes Cravinho em *Visões do Mundo*, "há inúmeras globalizações possíveis".

Economicamente, a globalização está associada à liberalização comercial, isto é, à convicção de que a livre operação dos mercados e a redução das barreiras com o objectivo de intensificar as trocas entre países geram crescimento económico. Os organismos internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), que em 1995 sucedeu ao Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, institucionalizam esta visão. Nos países em desenvolvimento, a liberalização foi conduzida pelo Banco Mundial (BM) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que, através dos programas de ajustamento estrutural criados para responder à crise da dívida dos anos 80, impuseram reformas macroeconómicas que condicionaram a organização dos países beneficiários. Durante a década de 90, a abertura dos mercados era também um dos pontos essenciais do conjunto de medidas conhecidas como o Consenso de Washington e que pareciam ser a receita de sucesso para o desenvolvimento.

O comércio é, de facto, um importante instrumento para alcançar o crescimento económico.

No discurso de abertura da 12ª CNUCED, o Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, confirmou que "entre 1990 e 2007 a economia mundial cresceu de 23 triliões para 53 triliões de dólares e o comércio aumentou 133%. Os países em desenvolvimento foram responsáveis por mais de metade deste crescimento e actualmente representam cerca de 40% do comércio mundial." Não obstante o valor das estatísticas, algumas ressalvas têm de ser feitas. Em primeiro lugar, parte substancial destes aumentos deve-se à presença de novos actores, como a China e a Índia que, pelo forte crescimento registado na última década, se tornaram importantes motores da economia mundial.

Ao mesmo tempo, e no que diz respeito à maioria dos países em desenvolvimento, as taxas de crescimento foram impulsionadas pelo aumento da procura e do preço de bens primários que constituem a base das suas exportações. Em segundo lugar, não existe uma relação automática entre crescimento e desenvolvimento e, como tal, o aumento da riqueza não conduz directamente à redução da pobreza. A globalização gera oportunidades económicas, mas a repartição dos seus benefícios não tem sido igualitária. Tal como explica o documento preparatório da Conferência, "certos países, e certos segmentos da população, não só estão a ser excluídos do actual crescimento económico, como também são negativamente afectados pelas suas consequências". As várias manifestações anti-globalização que se iniciaram em Seattle, em Dezembro de 1999, contra as reuniões da OMC, e que se estenderam a outras sessões do BM, do FMI e do Fórum Económico Mundial, representam o descontentamento de quem se sente excluído e prejudicado pelo processo.

A definição dos Objectivos do Milénio na Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000, as negociações da Agenda de Doha lançadas em 2001 e o Consenso de Monterrey de 2002 procuram dar uma nova

resposta ao problema do desenvolvimento e, a este respeito, a localização da 12ª CNUCED tem um grande valor simbólico. Segundo os dados da organização, dos 50 países menos desenvolvidos do mundo, 34 são africanos. Apesar de, no conjunto dos países em desenvolvimento, o número de pessoas que vive com menos de um dólar por dia ter diminuído de 1.25 milhões em 1990 para 980 milhões em 2004, a África Subsaariana continua a ser a região mais afectada, com 41.1% da sua população a viver em pobreza extrema.

Os efeitos da globalização são múltiplos e podem pôr mesmo em causa o cumprimento dos Objectivos do Milénio, principalmente do primeiro que prevê a redução para metade da pobreza extrema e da fome até 2015. A situação é particularmente grave em vários Estados frágeis do continente africano geridos por elites patrimonialistas e redes clientelares. Tal como explica um estudo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra intitulado "Prevenção de conflitos armados, cooperação para o desenvolvimento e integração justa no sistema internacional", a desregulação e liberalização do mercado, associada à fragilidade da autoridade política, pode "promover a informalização da economia, a expansão do comércio paralelo e a criminalização de muitas transacções comerciais." A exploração de uma economia informal enquanto sistema alternativo de auto-financiamento e lucro sustenta o prolongamento dos conflitos internos e impede a reconstrução do Estado e do seu papel na promoção do desenvolvimento.

A actual crise alimentar tem servido para ilustrar estes efeitos e tornou-se no tema central da discussão em Acra. Segundo os índices da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), entre Março de 2007 e Março de 2008, o preço mundial dos alimentos aumentou 57%. Este aumento reflecte-se sobretudo no preço dos cereais e é causado por uma multiplicidade de factores que vão desde a alteração dos padrões de consumo à especulação financeira. O primeiro factor é o aumento da procura de bens alimentares provocado pelo crescimento da população e do poder de compra em países como a China e a Índia. Paralelamente, a acentuada subida do preço do petróleo (118 dólares por barril em Abril de 2008) afecta o sector alimentar, não só através dos aumentos directos nos custos de produção e distribuição de alimentos (utilização de fertilizantes, combustíveis e outros derivados), mas também pelo incentivo à produção de biocombustíveis que acabam por competir por recursos como a terra e a água. Por fim, as alterações do clima provocadas pelo aquecimento global têm contribuído para restringir a oferta agrícola que, em vários países exportadores, é também condicionada por problemas internos ao nível das infra-estruturas de armazenamento e escoamento, entre outros.

Para além de agravar a factura dos países importadores, a subida do preço dos alimentos põe em causa a subsistência das classes mais pobres, que gastam mais de metade do seu orçamento familiar com a alimentação, onde os cereais são a base da dieta. O BM estima que 100 milhões de pessoas tenham já sido arrastadas para o limiar da pobreza devido ao aumento dos preços desde 2006 e, para os que já dependiam da ajuda humanitária, o Programa Alimentar Mundial (PAM) lançou um apelo de financiamento indispensável para cumprir os projectos iniciados e dar resposta às novas situações de emergência. Em reacção, assistimos não só a manifestações no Haiti, nas Filipinas e no Egipto, mas também à imposição de restrições às exportações de cereais por parte da Índia, do Vietname, do Camboja e da China.

No contexto de globalização, as causas e os efeitos da crise requerem naturalmente uma resposta conjunta. Não se trata de uma constatação inovadora, já que em 1980 a publicação de um relatório por Willy Brandt para a promoção das relações Norte-Sul reconhecia a interdependência entre a prosperidade e a segurança das duas regiões e alertava para a necessidade de dar prioridade aos mais pobres, reduzindo o desperdício de alimentos e abolindo a fome. Não tendo vingado na altura, tornou-se agora ainda mais premente, principalmente se tivermos em conta o peso crescente dos países em desenvolvimento nas discussões internacionais e a sua reivindicação de maior partilha de poder no processo de tomada de decisões.

As soluções para a crise alimentar implicam não só a resposta imediata ao apelo do PAM, mas principalmente a adopção de medidas estruturais num momento que vários analistas classificam como uma oportunidade única para reformar o sistema agrícola mundial. Neste sentido, o Japão e os Estados Unidos doaram, respectivamente, 100 milhões e 770 milhões de dólares para o PAM, enquanto o Secretário-Geral das Nações Unidas anunciou a criação de um grupo de emergência para dar resposta à crise. A nível estrutural, as medidas passam pela reforma do sistema de comércio multilateral e pela resolução de problemas internos que condicionam não só a segurança alimentar de vários países, mas também o seu próprio desenvolvimento. A abolição dos subsídios à exportação mantém-se como a principal reivindicação dos países do Sul. Durante a Conferência, vários representantes governamentais e o próprio Director-geral da OMC, Pascal Lamy, criticaram o protecçãoismo praticado pela União Europeia

e pelos Estados Unidos, apelando à conclusão da Agenda de Doha – que será importante não só para reforçar a efectividade e a credibilidade da própria organização enquanto fórum de negociação e concertação, mas principalmente para alargar o mercado de exportação dos países em desenvolvimento.

É igualmente necessário que a maioria destes países solucione deficiências internas, que persistem como obstáculos ao desenvolvimento das suas sociedades, e que passam pela instabilidade política, pela ausência de infra-estruturas, tecnologias e incentivos ao investimento, e pela dependência em relação à exportação de bens primários. Tal como alerta o Director-geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, Kandeh Yumkella, a diversificação económica em termos de produtos e sectores de actividade é determinante para o desenvolvimento de vários países, onde o forte crescimento da população e a sua fixação nas zonas urbanas implicará a criação de novos empregos fora do sector agrícola.

Em última análise, o acordo e a declaração política resultantes da 12ª CNUCED representam um compromisso em relação aos objectivos de reforma do comércio e promoção do desenvolvimento. Estes objectivos não são novos, mas a sua concretização tornou-se ainda mais indispensável perante a intensificação dos efeitos da globalização. Actualmente, a diferença principal está no próprio contexto internacional onde a relevância crescente dos países em desenvolvimento, particularmente da China, da Índia e do Brasil, reforça a reivindicação de criar uma nova forma de globalização – uma globalização mais solidária e inclusiva.

Para saber mais

[Development and globalization: facts and figures 2008](#)

[Has globalization passed its peak?](#)

[Rising food prices: a global crisis?](#)

[Soaring food prices – threat or opportunity?](#)

[The globalization index 2007](#)

[The millennium development goals report 2007](#)

[United Nations millennium declaration](#)

Ligações úteis

[Banco Africano para o Desenvolvimento](#)

[Banco Mundial](#)

[Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento](#)

[Food Policy Research Institute](#)

[Fórum Económico Mundial](#)

[Fórum Social Mundial](#)

[Fundo Monetário Internacional](#)

[Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação](#)

[Overseas Development Institute](#)

[Organização Mundial do Comércio](#)

[Programa Alimentar Mundial](#)

[Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento](#)

[Trade, Equity & Development – Carnegie Endowment for International Peace](#)